

O governo dos jovens e as favelas cariocas

Livia De Tommasi

Professora da UFF

Dafne Velazco

Mestranda da Uerj

Recebido em: 09/05/2014

Aprovado em: 18/11/2015

Este artigo traça aproximações entre a tematização da juventude e da favela. Após situar como a favela é problematizada, relatamos parte dos resultados de uma pesquisa etnográfica realizada em um projeto social dirigido a jovens de favela. A descrição das atividades desenvolvidas no projeto elucida como operam as propostas de intervenção com esses jovens. Situamos os argumentos no contexto do atual processo de "requalificação" urbanística e discursiva da cidade do Rio de Janeiro para compreender a reiteração de fórmulas discursivas que visam a exorcizar um problema pela transformação no seu avesso, reproduzindo representações binárias.

Palavras-chave: juventude, favela, projetos sociais, binarismos, Cidade de Deus

The aim of the article **The Youth Government and the Rio de Janeiro's Favelas** is to draw some approximations between the themes of youth and favelas. After establishing how the slum is problematized, we report some results of an ethnographic research conducted in a social project aimed at young favela dwellers. A description of the activities undertaken under the project elucidates how proposals of intervention with young slum dwellers work. We situate the arguments in the context of the current process of urban and discursive "requalification" of the city of Rio de Janeiro, seeking to understand the discursive reiteration of formulas aimed at exorcising a problem through a transformation into its opposite, reproducing binary representations.

Keywords: youth, favela, social projects, binarisms, Cidade de Deus

Introdução

Relatando uma etapa do processo de construção da favela enquanto objeto de estudo e intervenção, a socióloga Licia Valladares, no livro *A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com*, titula um parágrafo com a expressão "Da favela-problema à favela-solução" (VALLADARES, 2005, p. 129). Essa mudança no regime discursivo que subitamente transforma uma questão no seu avesso, reduzindo a complexidade em uma fórmula antitética, chamou a nossa atenção. O mesmo salto discursivo ocorreu no campo da juventude: tematizada durante muito tempo como um "problema" social (ver ABRAMO, 1997), a juventude passou a ser considerada, durante a década de 90 e especificamente nos discursos dos operadores dos projetos sociais ligados ao setor empresarial, como "solução" ou como "parte da solução" (ver GOMES da COSTA, 1996).

A reiteração desta fórmula discursiva que procede por contraposições, transformando um símbolo negativo (um “problema”) em algo positivo (uma “solução”) e operando uma evidente simplificação, pode ser encontrada em outros âmbitos da chamada “questão social” (para o caso do trabalho informal, ver DE SOTO, 2000). Mais recentemente, o mesmo tipo de salto argumentativo é produzido entre a representação da favela e do favelado como carentes e, ao invés, como “potentes”. Enquanto a afirmação da imagem de *carência* permite aliviar o estigma contra favela e favelados (retratados, desde as primeiras décadas de 1900, como sujos, promíscuos, ociosos e indolentes), dando ênfase à omissão do poder público, produtor da falta e da carência, a ideia de “potência” remete a um outro regime discursivo que novamente responsabiliza os sujeitos. Segundo Sousa e Silva e Barbosa (2013), “Uma das maiores ‘potências’ das favelas cariocas é a imensa capacidade de inovação e criatividade de seus moradores e de instituições locais” (p. 37). Enquanto “potentes”, estaria ao seu alcance a produção de “novas subjetividades”: “resilientes”, resistentes, transformadoras.

O medo que as “classes perigosas” (COIMBRA, 2001) – no caso, jovens e favelados – tradicionalmente suscitaram estaria, dessa forma, sendo exorcizado por meio da transformação no seu avesso, ou seja, em agentes (no caso, “empreendedores criativos”) úteis para a manutenção (e a renovação) da ordem econômica e social vigente? Que tipo de práticas sustentam e ao mesmo tempo são acionadas por essas representações dicotômicas?

Neste artigo, procuramos compreender como esses recursos discursivos operam, relatando parte dos resultados de uma pesquisa¹ de caráter etnográfico que diz respeito a um “projeto social” dirigido a jovens de favela, desenvolvido no Rio de Janeiro após o processo de “pacificação”, ou seja, a ocupação militar de algumas favelas da cidade por parte das forças policiais. O relato permite fazer algumas aproximações analíticas entre os dois campos (favela e juventude), na perspectiva de compreender os discursos e as práticas que sustentam. A seguir, apresentamos rapidamente cada um desses campos; sucessivamente, a descrição analítica resultado da pesquisa e, por fim, algumas aproximações.

Favela: da carência à potência

Valladares (2005) percorre as etapas da construção da categoria favela enquanto problema social e campo de estudos. Acompanhamos rapidamente seu percurso argumentativo.

Logo depois de sua descoberta, por meio dos relatos de escritores e jornalistas, a favela se torna, durante as primeiras décadas do século passado, um problema social e urbanístico a ser enfrentado e “sanado”. No imaginário coletivo, a favela, lugar sujo e promíscuo que só pode produzir vadiagem, malandros e bandidos, é contraposta à ordem urbana, à civilização que floresce na cidade (ver

BURGOS, 2012). A dualidade entre favela e cidade reproduz, assim, aquela entre barbárie e civilização. Até hoje, a contraposição entre “morro” e “asfalto” é central no imaginário carioca.

Desde logo, os relatos dos cronistas que visitam as favelas (como João do Rio e Luiz Edmundo) traçam os rasgos de uma “identidade de favelado”, homogênea e uniforme, uma “comunidade” de indivíduos que escolhem viver no ócio, na insalubridade e na pobreza (VALLADARES, 2005, pp. 35-36). Em um evidente isomorfismo entre territórios e indivíduos, as representações sobre os primeiros são transferidas para os segundos e vice-versa. A existência das favelas e dos favelados representa, portanto, um “problema” cujas medidas de enfrentamento operam por meio de intervenções urbanísticas e sanitárias: demolições e aberturas de avenidas que permitam a circulação de luz e de ar e o estabelecimento de uma atmosfera “sadia”, operadas no âmbito da reforma Pereira Passos, no início do século XX.

Em 1926, Mattos Pimenta, ilustre personagem carioca apresentado ora como médico sanitário, ora como engenheiro, escreve:

[É] mister [que] se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favellas” – lepre da esthetica, que surgiu alí no morro (...) e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de belleza (PIMENTA *apud* VALLADARES, 2005, p. 42).

Nos anos 30, a política populista de Getúlio Vargas demanda outra relação com os pobres da cidade, centrada na busca por apoio popular. Nesse sentido, o prefeito da cidade nomeado por Vargas, o médico Pedro Ernesto, inaugura uma nova forma de relação com a favela e os favelados: em vez de simplesmente destruir as favelas, se reconhece a necessidade de melhorar as condições de vida de seus moradores e, ao mesmo tempo, evitar sua expansão. Essa nova fase de enfrentamento do “problema-favela” é caracterizada por Valladares como “conhecer para melhor administrar e controlar” (2005, p. 55). A produção de dados se torna um instrumento importante de sustentação, orientação e legitimação das medidas propostas. Assim, estudos estatísticos e de caso servem de subsídio para a construção dos primeiros conjuntos habitacionais, os chamados parques proletários, na década de 40, nas localidades da Gávea, do Caju e da Praia do Pinto. A denominação de *parques proletários* representa uma mudança política significativa: a valorização dos favelados como trabalhadores, o reconhecimento da necessidade de oferecer-lhes condições melhores de moradia para evitar que se tornem revoltados e “preguiçosos”.

Assim, o debate em torno do “problema-favela” se articula na contraposição entre a política de remoção e a política de intervenção via melhoria da infraestrutura urbana. Contraposição

aparente porque, na prática, as duas formas de gestão do “problema” sempre estiveram em combinação (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 231). Mesmo assim, a defesa de cada uma dessas estratégias expressa posições políticas distintas: quem vê na favela uma praga a ser extirpada e quem a considera um “mal necessário”, um lugar de reprodução da classe trabalhadora pauperizada que precisa de medidas assistenciais. Nessa segunda perspectiva se situa o trabalho da Igreja Católica e a criação da Fundação Leão XIII em 1947, fruto de uma parceria entre a prefeitura e o arcebispado da cidade para fornecer assistência material e moral aos habitantes das favelas. A criação da fundação visa contrarrestar a organização política dos favelados sob a influência do Partido Comunista que, no mesmo ano, é condenado à ilegalidade.

A ação de Dom Helder Câmara, por meio da Cruzada São Sebastião, distancia-se daquela da Fundação Leão XIII, inspirando-se nos princípios do “desenvolvimento comunitário” promovidos pelos organismos internacionais, na busca de uma “terceira via” entre o comunismo e a reação. Trata-se de promover os moradores das favelas a sujeitos políticos potencialmente autônomos, propagando, ao mesmo tempo, intervenções de urbanização. Em consonância com as ideias do movimento Economia e Humanismo (*Économie e Humanisme*), trazido ao Brasil pelo seu fundador, Padre Louis-Joseph Lebet, trata-se de fazer progredir a “comunidade local” possibilitando emergir os “líderes naturais” e dando apoio a eles (VALLADARES, 2005, p. 85). São os primórdios das iniciativas voltadas a estabelecer uma “parceria” entre a população e o governo na busca conjunta por melhorias das condições de vida, integração das “comunidades” à vida nacional, desenvolvimento e progresso do povo e da nação. Sucessivamente, essa perspectiva afirma-se durante o governo Lacerda (1960), cujo secretário de Serviços Sociais aprova um decreto que incentiva os favelados a se organizarem em associações de moradores para que sirvam como canal de diálogo entre os moradores e a administração.

No campo dos estudos sociológicos, é a partir da segunda metade dos anos 60 que Lícia Valladares situa o começo de uma nova fase na abordagem do “problema-favela”, quando alguns pesquisadores identificam nas áreas pobres uma resposta popular eficaz à falta de moradia nas grandes metrópoles latino-americanas. Segundo eles, longe de ser marginalizada, a população das favelas é inserida no funcionamento da cidade por meio do mercado de trabalho, do mercado político e do mercado cultural (cujas expressões típicas são o carnaval e o samba). A crítica à teoria da marginalidade, expressa em alguns importantes estudos sobre as favelas, como o de Janice Perlman (1977) e o de Elizabeth e Anthony Leeds (1978), produz um novo olhar sobre a favela, ressaltando a importância das iniciativas populares e estimulando a participação das “comunidades” locais na melhoria de suas condições de vida. A valorização do “saber popular”, da capacidade dos moradores de encontrar “soluções” para seus “problemas”, em particular para a falta de moradia, é o cerne da transformação da favela de “problema” em “solução”. Interessante observar que essa transformação

discursiva é operada inicialmente pelo trabalho de alguns urbanistas estrangeiros, consultores das Nações Unidas (VALLADARES, 2005, p. 131).

Desde então, e ainda mais fortemente durante o processo de redemocratização após o período de ditadura militar, os temas da participação popular e da valorização das capacidades do povo ocupam um lugar de destaque nas análises sociológicas (ver VALLA, 1986) e nas intervenções do poder público, por meio de medidas como o apoio e o incentivo aos mutirões populares para a construção de casas e o calçamento das ruas.

Nesse contexto, se afirma um uso específico da ideia de cultura, acionado de forma similar, como veremos a seguir, no campo da juventude. Segundo Patrícia Birman (2008):

A cultura, seja esta material ou imaterial, é recorrentemente acionada como modo de contrapor a favela, lugar disruptivo e violento, à “comunidade”, lugar de harmonia e de projetos civilizacionais associados às raízes culturais e étnicas da nação: a capoeira, o samba, o forró, a festa do santo padroeiro, a arte de origem africana (BIRMAN, 2008, p. 109).

Interrompemos aqui essa breve apresentação sobre a abordagem do “problema favela”, na qual nos interessava salientar os elementos que permitiram, na representação sobre a favela, a passagem da ideia de um “problema” (que deve ser gerido ou extirpado por meio de distintas intervenções) para a de uma “solução” (que pode ser apoiada e celebrada por meio de outro tipo de ações). Salta aos olhos a afinidade entre esse movimento, discursivo e produtor de práticas, e aquele que aconteceu no campo da juventude, quando os “jovens-problema” se tornaram “protagonistas” e “parte da solução” dos “problemas” sociais. Os artífices dessa transformação foram, nos dois casos, consultores das agências das Nações Unidas.

Dos “jovens-problema” aos jovens como “parte da solução”²

O tema do “desvio” no processo de integração dos jovens é, a partir dos estudos da Escola de Chicago no começo de 1900, tema central da sociologia. Como observa a socióloga Helena Abramo, a juventude sempre foi tematizada no âmbito das ciências sociais como “problema social”, antes mesmo de existir enquanto categoria social (ver ABRAMO, 1994, 1997).

As questões da delinquência, por um lado, e da rebeldia e revolta, por outro, permaneceram como chaves na construção da problematização da juventude ao longo de todo esse século. (...) [A juventude] não deixa

de conter elementos que a definem como uma condição que guarda sempre, em potência, possibilidades de descontinuidade e rupturas das regras sociais (ABRAMO, 1994, p. 10).

No Brasil, em anos recentes, a ideia de “jovens-problema” foi atualizada por meio da projeção midiática de alguns fatos de grande repercussão, como os supostos “arrastões” nas praias de Copacabana (1992), o assassinato do índio Galdino em Brasília (1997), o sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro (2000).

Depois desses fatos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) se encarrega de produzir um saber para quantificar, detalhar, focalizar o “problema”. Em vários estudos (UNESCO, 2001, 2004; WAISELFISZ, 1998), dados estatísticos são utilizados para argumentar por que os jovens constituem um “problema social”: eles são muitos (as estatísticas demográficas apontam um considerável aumento, na virada do século, da população jovem) e facilmente se tornam parte das categorias sociais de “risco”: gravidez precoce, difusão das DST/Aids, desemprego e, sobretudo, envolvimento com a violência (como vítimas ou causadores) e com o uso e a comercialização de substâncias ilícitas. As estatísticas (que, como observa Alain Desrosières (2003), cumprem um importante papel na produção de um saber que sustenta as tecnologias de governo) mostram que os “jovens-problema” são majoritariamente negros, pobres, favelados e também ociosos, ou seja, os chamados “nem-nem”, evadidos escolares e desempregados, que escapam das instituições tradicionais de socialização e disciplinamento.

Ações concentradas, em sintonia com as políticas neoliberais, devem acionar um saber técnico para procurar “soluções” eficientes e de baixo custo que se concentrem em grupos populacionais específicos (em detrimento das políticas universais). No caso, programas e “projetos” (artefatos típicos da tecnologia contemporânea de governo) precisam “ocupar o tempo ocioso” desses jovens. Para “atraí-los” para atividades de “formação para a cidadania” (ou seja, socializá-los no respeito das regras da ordem “democrática”) e de “ampliação das oportunidades” (cujos custos benefícios seriam mais viáveis e eficazes do que a formação para o ingresso no mercado de trabalho), nada melhor do que envolvê-los em atividades culturais. Nesse campo também a cultura se torna um recurso, cujas “virtudes salvadoras” (DELGADO, 2008) são celebradas e incentivadas. No livro *Cultivando Vidas, Desarmando Violências* (UNESCO, 2001) são relatadas experiências de “boas práticas” de projeto sociais que envolvem jovens “em risco” em atividades no campo da “arte e cultura”.

Karl Mannheim, que fez da juventude um objeto de estudo no âmbito da sociologia, forneceu um argumento importante para a abordagem da “questão juvenil”. Para ele, a relativa “marginalidade” dos jovens e sua não conformidade à ordem estabelecida podem ser consideradas uma potencialidade para que eles se tornem agentes de “revitalização da

sociedade” (MANNHEIM, 1964, pp. 93-97). A “inquietação” típica dessa faixa etária é citada nos projetos sociais que visam formar “jovens protagonistas” para que “participem” ativamente da “solução” dos “problemas” sociais.

Além das publicações da Unesco, uma figura foi significativa para a transformação da “juventude-problema” em “parte da solução” da “questão social”: Antônio Carlos Gomes da Costa, educador, consultor de organismos internacionais, um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, após uma frustrada passagem pelo setor público se torna consultor de várias entidades empresariais, como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Norberto Odebrecht e o Instituto Souza Cruz. Por meio da influência que ele teve sobre as entidades empresariais reunidas no Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), as ideias de “jovens como parte da solução” e de “protagonismo juvenil” tiveram uma feliz difusão: “Conceber a juventude como fonte de iniciativa, de liberdade e de compromisso, torná-la parte da solução, e não dos problemas, para o desenvolvimento social e humano do país” (GIFE, 2008, p. 9). Desde então, programas e projetos inspirados no “protagonismo juvenil” (GOMES DA COSTA, 1996) são amplamente idealizados pelos setores públicos e privados (ver MAGALHÃES, 2008; TOMMASI, 2012, 2014).

Mais recentemente, a ideia de “protagonismo” foi atualizada (e reforçada) pela ideia de “potência”, que aproxima favelados e jovens: os jovens favelados são celebrados como “potentes”. Um dos principais difusores da ideia de potência é o produtor cultural Marcus Faustini, criador da Agência de Redes para Juventude. É nesse projeto e em seus participantes que concentramos nossas observações.

Como enfrentar o problema representado pelos jovens de favela tornando-os protagonistas da potência: o caso da Agência de Redes para Juventude

Desde final de 2010 começamos um trabalho de campo de tipo etnográfico na Cidade de Deus (CDD), território da Zona Oeste da capital carioca, a segunda favela a receber o programa de “pacificação” do governo do estado do Rio de Janeiro por meio da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)³. Nosso interesse inicial era observar as mudanças ocorridas nas relações sociais tecidas entre agentes diversos (públicos, privados, associações locais, organizações não governamentais) após a instalação da UPP (ver TOMMASI e VELAZCO, 2013).

Desde logo percebemos que a suposta “pacificação” era a ocasião para a entrada na favela de múltiplas intervenções, sobretudo por parte do setor privado, lucrativo e não lucrativo. Os jovens, em particular, eram objeto da maior preocupação dos gestores públicos, já que, a um ano do início do programa de “pacificação”, pesquisas (MUSUMECI, RAMOS, PARIS, RIBEIRO, e ALVADIA

FILHO, 2012) apontavam que eles eram os mais insatisfeitos e desconfiados em relação à atuação da polícia. Os jovens eram também objeto de atenção e preocupação em função de serem os principais operadores do “tráfico”⁴ que o programa de “pacificação” objetivava supostamente combater. A ideia, difusa já há algum tempo no Rio de Janeiro, é que os jovens precisam ser “disputados” com o “tráfico”. Suas atividades lucrativas e sua sociabilidade devem ser redirecionadas para o campo da legalidade. Foi justamente a centralidade da representação da favela como lugar da violência operada pelo “tráfico” que se afirmou a partir dos anos 80 e que motivou sucessivas e violentas incursões policiais nas favelas e, recentemente, a ocupação permanente por parte das UPPs (ver entre outros, ALVES e EVANSON, 2013).

Coincidentemente, foi com os jovens do local que tecemos algumas das relações mais significativas, realizando com alguns deles entrevistas aprofundadas. Por indicação da então gestora do programa UPP Social chegamos, já durante nossa primeira visita, a conversar com Breno⁵, um jovem que trabalha em uma das associações locais mais atuantes⁶. Em nossa primeira entrevista, Breno contou sua trajetória de engajamento político e social, as múltiplas experiências que já tinha acumulado, passando pelos grupos de Igreja, a União da Juventude Socialista e alguns projetos de organizações não governamentais (ONGs); contou da sua banda de rock e do seu grupo de amigos. Depois de algum tempo, ele começou a trabalhar como “produtor local” em um novo projeto que se instalou concomitantemente na CDD e em outras cinco favelas “pacificadas”, a Agência de Redes para Juventude. O projeto adquiriu rapidamente uma significativa projeção e credibilidade no âmbito dos “especialistas” e da mídia. Seu idealizador, Marcus Faustini, conhecido no circuito cultural da cidade como ator, diretor, produtor cultural e ex-secretário de Cultura da cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, aparece atualmente em vários programas e canais de televisão, é autor de livros e convidado obrigatório quando a favela é objeto de debate, seja no Rio de Janeiro ou fora dele. Aparece também em uma publicidade da Petrobras que divulga as experiências “de sucesso” dos projetos sociais que a empresa financia.

A Agência de Redes para Juventude iniciou suas atividades em março de 2011, financiada por recursos do edital do Programa Petrobras Cultural, de apoio e incentivo a projetos culturais. Idealizada por Faustini e a ONG Avenida Brasil – Instituto de Criatividade Social, conta também com a parceria do governo federal. O projeto está baseado na premissa de que o jovem da favela é “potente”, expressão que virou palavra de ordem e pilar da Agência, jargão reproduzido por todos os jovens envolvidos.

Jovens entre 15 e 29 anos e moradores das favelas “pacificadas” são convocados a se candidatar para participar da Agência, que oferece uma bolsa de R\$ 100 por mês aos participantes. Estes, em contrapartida, devem se comprometer a frequentar um “Ciclo de Estímulos” (de quatro meses de duração, dois encontros semanais) e elaborar, ao final, um projeto de intervenção sociocultural em seu território, a ser submetido a uma banca avaliadora responsável por selecionar alguns vencedores

que irão receber R\$ 10.000 para colocar suas ideias em prática. Para elaborar o projeto, os jovens são orientados a responder a perguntas do tipo: “qual é o seu sonho?”; “qual é a missão do seu projeto?”; “quais as carências e potências da sua comunidade que fazem o seu projeto necessário?”.

A ideia central que perpassa toda a Agência é intervenção estética. (...) O projeto usa a arte de uma maneira que dê a possibilidade de o jovem pensar e expressar a vida. É importante que ele veja que *sua vida é potente* e que ele pode operar a sua vida e seu repertório (definição de “Bioprática” transcrita do áudio do “*abecedário da Agência*”, publicado no site do programa, grifo nosso⁷).

O ideal da Agência é reforçado por uma terminologia própria e é notável a preocupação em construir um arcabouço teórico que combina teorias de filósofos, como Antonio Negri, com noções difusas como território, empreendedorismo social, favela e “redes”. Nesse sentido, ao contrário do que Gongora (2013) observa no caso de projetos sociais que operam em outros campos, o discurso não prima pela objetividade e a racionalização dos argumentos, mas sim pela fusão difusa de conceitos e terminologias, sob uma áurea de erudição.

O “Ciclo de Estímulos” consiste em encontros semanais, realizados aos sábados⁸, entre os participantes e uma equipe de universitários que conduzem as atividades como “mediadores” e “facilitadores”⁹. Também há reuniões semanais às quais os jovens bolsistas devem comparecer para se encontrarem com um universitário encarregado de orientar as atividades que cada um deve realizar no âmbito da elaboração de seu projeto.

Além de mediador e facilitador, há outro cargo na Agência, o de “produtor local”. Os produtores locais são jovens que se encarregam da organização da Agência nos territórios. São verdadeiros “faz-tudo”, responsáveis para que tudo corra bem nas atividades do projeto: encarregam-se das inscrições, levam e trazem documentos, ligam para lembrar os jovens de que têm reunião em determinado dia, montam e desmontam aparelhos, colocam cadeiras nas salas.

Todos os jovens envolvidos na realização do projeto – mediadores, facilitadores e produtores locais – comparecem uma vez por semana ao escritório central da Agência, onde se reúnem com os coordenadores para alinhar discursos e práticas. Os jovens universitários, com os quais tivemos conversas informais, acreditam estar fazendo algo mais eficiente e prático, enriquecendo as próprias “redes” (outra palavra-chave no contexto do projeto) e incrementando aquelas dos jovens participantes, do que se participassem de outras ações coletivas de caráter reivindicativo. Segundo um jovem universitário, a Agência “subverte a ordem capitalista, pois permite que jovens de favela desempenhem papéis e cheguem a lugares que do contrário seria muito mais difícil”. Citando MV Bill, um famoso rapper da Cidade de

Deus, o jovem disse que ele é reconhecido porque ocupa um “espaço” geralmente não permitido aos moradores de favelas. A Agência ajudaria para que mais jovens alcançassem esse “espaço” no imaginário social.

No início da Agência, em 2011, havia um requisito bastante importante para selecionar os jovens universitários que fossem trabalhar no projeto: serem moradores de favelas ou de seus arredores. Já no caso dos produtores locais, este requisito era fundamental, devido à sua importância para a realização das atividades no lugar. Ao longo do tempo, o perfil procurado para mediadores e facilitadores mudou, dando maior ênfase à presença de produtores culturais e artistas. Uma possível explicação para isto seria o que nossas interlocutoras mediadoras contaram, ainda no segundo Ciclo de Estímulos (segundo semestre de 2011): a Agência quer romper com a ideia tradicional de escola, então eles – os universitários – não estão ali para desempenhar o papel de um “professor” detentor do conhecimento. A sua função é muito mais dar um suporte aos jovens, possibilitar o estabelecimento de “redes”¹⁰ por meio das quais eles mesmos busquem e estabeleçam laços que permitam viabilizar seus projetos. Disseram ainda que este é o principal diferencial da Agência em relação aos demais projetos sociais dirigidos a jovens.

A convocação de jovens bolsistas é feita pelos produtores locais, que em cada área vão de porta em porta fazendo uma pré-inscrição dos que se interessarem. Mas a boca é o principal meio pelo qual os jovens chegam à Agência. No filme *Geração Agência*, lançado em maio de 2013, uma das coordenadoras gerais defende que a ideia é atrair aqueles jovens que não tenham passado por outros projetos sociais ou ONGs, e estimulá-los a intervir no território a partir de seu “desejo”. Segundo Breno, a ideia era evitar selecionar aqueles jovens que quisessem entrar para a Agência apenas para receber a bolsa de R\$ 100. Mas como em outros projetos similares, os depoimentos dos jovens deixam transparecer que a bolsa é um fator fundamental de atração e permanência no projeto. Talvez seja por isso que o controle da frequência é bastante rígido: durante o trabalho de campo realizado no Ciclo de Estímulos, presenciamos mais de uma situação em que as universitárias avisavam a alguns dos jovens que, devido às suas faltas, teriam uma quantia de dinheiro descontada da bolsa mensal.

Outras palavras que fazem parte do “abecedário” da Agência, no qual são listadas as palavras-chave por meio das quais se organiza a metodologia do projeto, são “monstro” e “bestiário”. Em um dos encontros que presenciamos, a facilitadora usou como base algumas ideias de Antonio Negri, das quais falava enquanto realizava uma apresentação de *slides* no Power Point. Primeiro, exibiu diversas imagens: um Cyborg, uma favela, uma Kombi, Lula, Chico Science, e perguntou o que elas tinham em comum. Em seguida, a jovem universitária respondeu: “são monstros. O monstro é aquilo que não está previsto, a possibilidade de buscar uma solução fora do comum. É

estar e não estar no sistema”. O último *slide* apresentava uma citação do filósofo: “o monstro não é um acidente, é a sempre presente possibilidade de destruir a ordem natural da autoridade em todos os seus domínios, da família ao império”. O termo “monstro” é muito utilizado por todos na Agência como referencial de conduta a ser seguida, a busca do indivíduo por aprimorar suas aptidões para exercer a criatividade pessoal, agindo como protagonista para realizar algo que é fora do comum. A Agência se concebe como um “monstro potencializador”. Em outras palavras, o trabalho desenvolvido é pensado como um “ativador” da potencialidade que existe nos jovens de favela. Por meio de um conjunto de dinâmicas, a ideia é mostrar ao jovem as chances que ele tem de intervir na cidade, principalmente no seu meio.

A ideia de “monstro” tem diversas funções no vocabulário da Agência. A partir desse conceito é trabalhada também a possibilidade de junção de projetos que inicialmente foram idealizados separadamente por diferentes jovens. Esses participantes são orientados a se unirem para elaborar um projeto em conjunto, pois, segundo os universitários, isto lhes daria mais chances de ganhar na disputa pelos recursos. Contudo, essa junção às vezes provoca conflitos, já que é difícil os jovens quererem abrir mão de seu “sonho”.

Outro momento do projeto é a “desincubadora”, etapa da qual participam os bolsistas idealizadores dos projetos vencedores do prêmio de R\$ 10.000. Em novos encontros, eles recebem orientações, sobretudo por parte de produtores culturais, para pôr seu projeto em prática.

Os jovens cujos projetos não são premiados ainda têm a chance de participar de um novo ciclo, chamado de incubadora, e receber mais orientações para ajustar os detalhes que ficaram faltando e que inviabilizariam a sustentabilidade do projeto, sendo provavelmente este o motivo de sua não aprovação inicial – detalhes que costumam ser, na maioria das vezes, bastante técnicos, como pouco preparo na logística de um evento, falta de eficiência de um método para arrecadar dinheiro, dentre outros. Ao final desse novo ciclo – que dura mais três meses – os jovens que foram para a incubadora concorrem novamente ao prêmio. Há outros casos em que os projetos são pouco comerciais ou então muito repetitivos, sem aportes *inovadores* e, portanto, precisam de mais ajustes.

Obviamente, a expectativa sobre a banca avaliadora é muito grande. Os universitários sabem quem são os avaliadores da vez, mas não conhecem seus critérios de avaliação. Em entrevista realizada em dezembro de 2012, Faustini contou que os critérios para a seleção não são estipulados pela Agência:

– [E]les [avaliadores] conhecem a Agência. Porque tem que ter esse descontrole. Como nasce a democracia? Com o direito ao descontrole. Lá dentro a gente desenvolve afetos, preferências. E aí eles têm que defender também, porque tem que treinar a apresentação, a apresentação é um dos aspectos da sociedade. Às vezes um [jovem] ganha porque apresenta bem. (...) Então, é treinar ele para a apresentação... O que a gente faz

na metodologia é colocar a apresentação desde o primeiro dia (...). Ele tem que apresentar, tem que se expressar, botar pra fora, não incubar.

Duas universitárias nos contaram que, no primeiro semestre de 2011, uma das bolsistas havia chorado durante sua apresentação para a banca. Ela teria tido dificuldades, pois mudara o seu projeto no meio do Ciclo de Estímulos. A sua ideia inicial era bastante inusitada: abrir uma “terma” na CDD, ou seja, uma “sauna”¹¹. As universitárias disseram que a jovem não foi proibida de realizar seu projeto, mas simplesmente foi percebendo as dificuldades e a impossibilidade de levar adiante tal empreendimento.

Um momento decisivo para os jovens ao longo do Ciclo é o “encontro com doutores”. É um dia em que eles se encontram com profissionais de distintas áreas, especificamente produtores culturais e empresários, que ajudam a orientar seus projetos. É como uma prévia da banca, em que os bolsistas já precisam ter uma maior clareza do que querem fazer, e recebem dicas desses “especialistas”. Justamente nesse encontro os “doutores”, segundo a mediadora, teriam mostrado a inviabilidade do projeto da “terma” que a jovem almejava, até que ela “se deu conta” e desistiu. Na conversa que tivemos, a bolsista contou que quando mudou de ideia decidiu criar um projeto para reciclagem de lixo, mas já estava muito em cima da hora, perto da banca, e não teve tempo suficiente para se preparar. Motivo pelo qual se candidatara para participar novamente no Ciclo seguinte. Segundo ela, o principal aprendizado na Agência teria sido a responsabilidade com os compromissos, como o cumprimento de horários, já que antes acordava muito tarde aos sábados e se importava, sobretudo, com os bailes funk que ocorrem todo final de semana.

Um dos projetos ganhadores foi o de Marcelo, um jovem de 23 anos, morador de uma das áreas mais precárias da CDD. Ele passou por duas experiências diferentes na Agência. Primeiro, participou do Ciclo de Estímulos em 2011, época em que se juntou a um jovem que tinha um projeto de moda – confecção de roupas com estampas que valorizassem as favelas. Com o tempo viu que não se identificava com o empreendimento de seu colega, e saiu do Ciclo. O segundo momento foi em 2012, quando retornou à Agência para desenvolver uma ideia própria: queria criar um bar que tivesse uma intensa programação cultural, com uma proposta diferente da dos “botecos” tão comuns em seu entorno. Segundo ele, esses bares só vendem bebidas alcoólicas e não atraem os jovens da área. A ideia de Marcelo era agregar os moradores daquela região no circuito cultural local. Ao consultar algumas pessoas – mediadores, produtores locais e amigos – recebeu a recomendação de que mudasse o projeto, pois vender bebida alcoólica poderia diminuir suas chances de vencer o prêmio. Como “não queria desperdiçar” a oportunidade de ganhar os R\$ 10.000, decidiu mudar o projeto. E foi então que se propôs a fazer um espaço cultural, com aulas de música e um estúdio de gravação. A ideia surgiu

porque, durante um tempo, morou em uma casa que dava para um pátio coletivo, onde outros amigos – com os quais formava uma banda – também moravam. Percebeu então que nesse pátio a “galera” começava a se aglomerar, ficavam conversando e também “faziam um som”.

Durante sua segunda experiência na Agência, foi “estimulado” a juntar sua ideia com os projetos de mais duas jovens, uma que queria fazer uma sala de leitura e outra que idealizava algum trabalho com artesanato. Quando ganharam o prêmio de R\$ 10.000, Faustini sugeriu que as duas meninas abrissem mão de suas propostas, ao menos inicialmente, para focar mais na música, que teria um impacto maior.

Depois que ganhou o prêmio, Marcelo começou a se dedicar exclusivamente à construção do centro cultural em sua própria casa. Mas, como ele disse durante uma entrevista realizada em sua casa em julho de 2013, suas companheiras de equipe “estão e não estão” no projeto, e pouco participaram do processo da obra ou das decisões sobre o futuro da casa. Em uma tarde em que fomos até lá, havia no local um “tutor” da Agência, nome dado aos universitários que acompanham o projeto na desincubadora. Eles são responsáveis por conferir os gastos dos projetos vencedores, supervisionam as notas fiscais das compras realizadas e orientam os jovens na execução de seus projetos. Aqueles que ganham o prêmio não recebem os R\$ 10.000 de uma só vez, mas sim em parcelas, à medida que vão gastando. Quando um jovem não possui uma fonte de renda ou um cartão de crédito próprio com o qual possa realizar as compras dos produtos e serviços necessários ao seu projeto, deve solicitar um orçamento daquele produto/serviço e apresentá-lo ao “tutor”, que lhe entregará um cheque com a quantia solicitada. Caso ele possua um cartão de crédito, pode realizar a compra e depois levar a nota fiscal do que foi consumido, para ter a reposição do dinheiro gasto. O fato de o financiamento ser realizado por meio do uso de cheque é problemático, já que nem sempre essa forma de pagamento é aceita no comércio local.

Marcelo passou um tempo defendendo a ideia de que sua mãe iria se mudar para uma outra casa ali perto, cujo aluguel seria pago com o dinheiro que receberia com os lucros do projeto. Ele esperava arrecadar fundos com uma cantina no centro cultural, que venderia lanches e bebidas tanto para aqueles que frequentassem as aulas quanto para a população do bairro. Dessa forma, pensava conseguir a sustentação do centro quando acabasse o financiamento da Agência.

Durante a entrevista, Marcelo expressa alguma crítica em relação ao conteúdo que é disponibilizado pelo Ciclo de Estímulos e pela desincubadora, pois “falta um acompanhamento mais profissional. Eu quero saber como se tira um CNPJ [*Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica*] para poder desenvolver o projeto e andar com minhas próprias pernas”. E prossegue a reflexão: “o sucesso dos projetos está ligado diretamente ao sucesso da Agência de Redes. Eu não ganho nada para estar aqui, não preciso saber o que é favela, isso eu já sei! Quero aprender coisas práticas que me ajudem”.

Ao longo de nossa conversa, ele também emite uma opinião a respeito do público atingido pelo projeto: “eu queria ver o jovem ex-viciado, o jovem que vende droga na esquina, queria ver ele ganhando [o prêmio da Agência]”. E se pergunta: “como seria um projeto dos moleques da boca de fumo? Como eles se organizariam? Daria muito mais certo do que outros projetos, porque eles sim conhecem a favela, e tem que ser no mínimo corajoso para entrar no tráfico, estar muito bolado com a sociedade”. Os jovens que entram na Agência, segundo ele, têm trajetórias específicas, marcadas pela participação anterior em outros projetos sociais e ONGs; claramente, em sua opinião, a Agência não consegue dialogar com jovens que vivem outros cotidianos na favela. O projeto estaria voltado muito mais “para fora” do que para dentro.

– A Agência ajuda a criar uma subperiferia dentro da periferia. Já que tem desigualdade na cidade, tem que reduzir a desigualdade dentro dela [favela]. Faustini proibiu o “estilo favela” (um projeto de moda) de ser na Rocinha II, porque comercialmente não seria viável. Mas a ideia não é impactar a favela? Se você for pensar só no comercial, fudeu! (...) Nenhum projeto circula por aqui. Da ponte para lá [fazendo alusão à parte mais urbanizada da CDD] o estado se faz presente.

Marcelo não critica o fato de um projeto ser rentável. Esta é, inclusive, a sua ideia para o centro cultural. Mas um projeto que se pretende social não pode girar somente em torno do seu lado comercial, diz ele.

Essas observações sugerem algumas pistas analíticas: como a Agência, por meio de seu discurso da “potência”, orienta o que seria “o desejo” de um jovem de favela? De que forma, por meio de sua “metodologia”, fornece meios e técnicas para que os jovens consolidem um *self empreendedor* (ROSE, 2011)? Como esse *self empreendedor* se relaciona com a ideia de trabalhar para a melhoria das condições de vida na comunidade?

No capítulo “Administrando indivíduos empreendedores”, Nikolas Rose (2011) sugere uma análise da constituição do *self*. A concepção do que seria a subjetividade tem um valor disputado e construído de acordo com um contexto social, político e econômico atravessado por relações de poder. Nesse sentido, podemos considerar que a Agência fornece um conjunto de códigos que funcionariam como aquilo que Rose chamou de “ética” – “ética é, portanto, entendida como os meios pelos quais os indivíduos analisam, decifram e agem sobre eles mesmos em relação ao verdadeiro e ao falso, ao permitido e ao proibido, ao desejável e ao indesejável” (ROSE, 2011, p. 213).

O ponto de partida da Agência é o “desejo” dos jovens da favela. Para Faustini, a favela e a juventude sempre foram abordadas pela perspectiva da “carência”: “todo mundo sempre escolheu o território como lugar de chegada, onde você leva as coisas. Eu penso a partir do território. Não é um lugar de chegada, é lugar de vivência”. Durante a entrevista, remete constantemente à sua trajetória pessoal para falar sobre a idealização do projeto. Parte do pressuposto de que “o jovem de favela” tem

o seu “potencial subjetivo” negligenciado e interrompido por conta de representações sociais elaboradas por distintos sujeitos – dentre eles, sociólogos e pesquisadores “de fora” que teriam criado uma representação da pobreza, muitas vezes colocando os pobres favelados sob o rótulo identitário homogeneizante da cultura do samba. E também haveria a representação do “jovem batalhador”:

– Pegar um jovem pobre que, quando completa 14 anos, o avatar subjetivo dele acaba e diz assim, “preciso ser um batalhador”, seu desejo é anulado porque ele tem que arrumar um emprego. Porque as famílias também internalizam essa subjetividade “tem que ter emprego de carteira assinada”. Minha mãe também não entendia o que eu sentia, achava que eu tinha problema de cabeça “hmm, quer ser artista...”.

Há no discurso da Agência a crença na juventude de favela como uma população cuja “natureza” é “potente”, e o projeto viria justamente no sentido de fornecer ferramentas, instrumentos, técnicas de gestão de si mesmo – ou como diz Faustini, “repertório” – para que esses jovens possam desenvolver sua “subjetividade”.

– A gente vai nas ONGs, igreja perguntando: “qual é o seu desejo? o que você tem de ideia, na sua vida?”... Qualquer coisa. E se ele acha que esse desejo pode ajudar no território. Os mais desejantes, a gente traz. Às vezes tem gente que expressa o desejo assim: “ah, eu quero dar tiro em todo mundo”. É um desejo. Ele ainda não tem a linguagem da cidade, o repertório que a gente fala. Ele não tem o repertório, mas ele já demonstra um desejo. Pode ser que se ele fosse de outro lugar ele não diria isso, ele poderia dizer “ah, eu quero fazer todo mundo dançar”.

O conjunto de práticas e saberes acionados na Agência visa a estimular no jovem uma atitude “proativa”, de modo que ele, estrategicamente, saiba como se relacionar e garantir aquilo que seria considerado como a melhor oportunidade para o seu objetivo, seu “projeto de vida”. Aqui, as palavras “potência” e “desejo” são centrais, pois indicam que o jovem da favela tem aspirações – não é mais aquele jovem problemático que no imaginário social ocupa as fileiras do subemprego ou do tráfico de drogas. Se o seu desejo é violento, agressivo, como “dar tiro em todo mundo”, talvez seja porque não lhe apresentaram outras “linguagens” com que falar. A Agência seria justamente este dispositivo que busca adequar e reorientar a conduta desse jovem, sob o discurso de que ele é potencialmente criativo e empreendedor, que apenas precisa encontrar a “rede” que possibilite colocar em prática seu “desejo”. Essa visão se sustenta na convicção de que está ao alcance de qualquer um transformar sua realidade. Basta “desejar” e dispor de algumas ferramentas e, sobretudo, de relações sociais.

Entretanto, entre os projetos ganhadores do “prêmio” na CDD, a realização do “desejo” não parece de fácil alcance. A proposta de customização de roupas – o projeto “Estillo favela” – abriu uma lojinha perto da rua principal do comércio. Uma lojinha minúscula que funcionava (foi fechada após

alguns meses de funcionamento) em horário bem variado, de acordo com as possibilidades de tempo dos jovens. O Centro Cultural, após alguns meses de atividades, também fechou as portas. Marcelo se tornou pai e precisa sustentar a família trabalhando como vigia.

O primeiro projeto que ganhou o prêmio na CDD, o Conexão Cultural, foi elaborado por Ricardo, um jovem que já tem uma trajetória de atuação diferencial: trabalha voluntariamente dando aulas para crianças em outra região da favela, os chamados “Apartamentos”, faz parte de uma companhia de teatro junto com outros dois colegas também da CDD, é consultor da Rede Globo, grava comerciais e participa de programas na TV. Em relação à Agência, Ricardo é um entusiasta assumido, sobretudo por pensar que ela permite ao jovem “enxergar a amplitude das possibilidades do mundo, de fazer com que sua ideia se torne uma realidade”. Sua fala reflete o que parece ser a questão problemática de projetos como a Agência: se, por um lado, ela justifica sua razão de ser pela possibilidade de fornecer ferramentas e redes para que os jovens elaborem seus projetos e realizem seu “desejo”, por outro lado, a possibilidade de vencer o prêmio não é distribuída com igualdade entre os participantes:

– A Agência ajuda quem não tem muita instrução, para usar esse acesso à internet, Wi-Fi, lan house (...) [Ela] nos instrui pra usar o acesso e as possibilidades que estão aí, mas às vezes a gente não é bem informado, não sabe (...) Nos trouxeram muitos conteúdos, só que precisava de um – eu acho pelo menos aqui na CDD – de um palavreado mais simplificado pra fazer essa ponte com a gente. Às vezes ficava uma parada muito distante, algumas expressões, coisas que faziam as pessoas boiarem, eu boiei muitas vezes (...) Agora, eu que fico de lá pra cá me metendo nas paradas, me perdia, imagina o moleque que vai do futebol pro baile e depois pra casa... E aí acontecia isso mesmo. Mas o que eu gostei é não desistir dos jovens que não são exceção. Isso eu gostei e gosto, e é nisso que acredito.

Por meio de seu projeto, Ricardo tinha a ideia de realizar atividades artísticas no bairro, para fomentar a sua produção e a sua fruição na favela, sobretudo manifestações alternativas à cultura funk, considerada por alguns como a única opção de lazer na CDD. Os realizadores, ele e mais alguns amigos negociaram, por intermédio da Agência, com uma representante da subprefeitura da Barra e Jacarepaguá, que finalmente cedeu o uso de um espaço onde funcionava o antigo mercado popular, embaixo do viaduto da Linha Amarela, na entrada do bairro. Espaço inóspito e muito barulhento, do lado da avenida que dá acesso à CDD, e onde falta um local que possa ser fechado para guardar equipamento. Nessas dependências o grupo realizou algumas atividades culturais (encontros, projeções de filmes, lançamentos).

Contudo, esses eventos ainda são frequentados majoritariamente por amigos e pessoas próximas, e o esperado “impacto no território” fica aquém das expectativas dos jovens.

Embora diga partir do “desejo” de cada um, fator que é estimulante para a participação de uma grande variedade de jovens interessados em diversos temas, motivados por diferentes paixões, torna-se evidente que alguns deles se encontram em situação vantajosa para elaborar projetos que vençam na competição pelo prêmio. Vemos, assim, um esforço dos jovens em adequar-se a “modelos de sucesso”, distanciando-se cada vez mais de suas propostas, de seus desejos iniciais.

– Acho que é só um recorte também, precisa ter um projeto tipo a Agência pra exaltar e alavancar o jovem que não quer nada com a cultura, o jovem que quer ser engenheiro... Não dá pra Agência abraçar todas as potências, mas tem que ver outros projetos que desenvolvam outros tipos de potências que há nas favelas, a potência do arquiteto etc., não só por meio da cultura, senão fica... Como diz um amigo meu, “po, cara, os caras querem falar que favelado samba bem, dança bem, canta bem... Meu irmão, foi o que sobrou!”. Não tem como, sobrou pra gente e a gente vai mandar mal? Sobrou isso, cultura e arte, que é uma parada meio abstrata... Mas uma coisa mais exata ninguém fala que manda bem: “preto manda bem na matemática”, “preto arrebenta na medicina”. Cara, o que precisa agora é dar a possibilidade para que ele mande bem em outras coisas também. Não é mérito da gente, não se enaltece “ah nós somos ótimos dançarinos”. Se nasce um preto com duas pernas esquerdas e não sabe dançar, acabou, né, não vai ser excelência de nada. Então tem que dar oportunidade pro cara que não sabe dançar, mesmo sendo preto, pra ele fazer uma outra coisa.

Como em outras ocasiões, notamos que, enquanto o impacto dos “projetos” no cotidiano dos bairros é mínimo, as dificuldades de se sustentar após o término do financiamento inicial são enormes (ver TOMMASI, 2013). Nesse sentido, o contraste entre o discurso veiculado pela mídia que testemunha o sucesso e a visibilidade que a proposta de Faustini alcançou, inclusive no exterior¹², e a situação dos projetos realizados é bastante significativo.

Esses “jovens de projetos”, que se apropriam de uma linguagem, que moldam sua subjetividade segundo os preceitos dos projetos e às vezes conseguem circular entre as redes de produtores culturais e trabalhadores sociais da cidade, acabam se distanciando de seus colegas, amigos e vizinhos do bairro. Distanciam-se também, como mostra a trajetória de Marcelo, que já trabalhou como estagiário em uma associação local, das organizações que há muitos anos realizam atividades sociais e políticas no bairro. Os integrantes dessas organizações veem os jovens como Marcelo com muita desconfiança: segundo eles, os jovens só estariam preocupados em ganhar dinheiro e não teriam um verdadeiro “compromisso” com a transformação social e a atuação política. Por sua vez, a opinião dos jovens sobre as lideranças das “antigas” também não é positiva: para eles, das intermináveis discussões travadas nas muitas reuniões que essas lideranças promovem nunca sai

nada de concreto. Efetivamente, presenciamos mais de uma vez a dificuldade de estabelecer um diálogo entre essas duas gerações: as lideranças “das antigas” têm dificuldade de ouvir e deixar falar; os jovens não têm paciência para se adequar aos “tempos longos” das reuniões e dos projetos dos mais velhos. Suas redes sociais são distintas: enquanto os mais velhos se relacionam com políticos e participam dos espaços de interlocução com o poder público, os jovens frequentam os circuitos das iniciativas promovidas por outras instituições (privadas, ou não governamentais) da cidade, cujas finalidades e formas de atuação são bastante parecidas.

Aproximações

“A Favela, de problema em solução”. Jovens-problema que se tornam jovens potentes. De alguma coisa para o seu oposto. Representações essencialistas que, aparentemente, devolvem aos sujeitos sua possibilidade de agência.

A recorrência de regimes discursivos que operam por meio de representações binárias (Oriente/Ocidente, branco/preto, desenvolvido/subdesenvolvido, civilizado/selvagem, cidadão consciente/nativo inconsciente, racionalidade/fatalismo, mente/corpo, nós/eles) é o que os estudos pós-coloniais tentam desconstruir (CHATTERJEE, 2004; SAID, 2007), reconhecendo neles as formas próprias de apreensão e representação do mundo da modernidade ocidental: nós/não nós. As narrativas binárias cristalizam e essencializam, e não ajudam a pensar as imbricações, as ambiguidades, os embaralhamentos, os “espaços cinza” (ROY, 2011).

Os trabalhos da socióloga e urbanista indiana Ananya Roy (2011), que discutem a forma como as favelas de Mumbai são retratadas na mídia e no discurso dos urbanistas, são muito afinados com o que hoje observamos nas favelas do Rio de Janeiro. Ela exemplifica seus argumentos fazendo referência ao filme *Quem quer ser um milionário?* (*Slumdog Millionaire*) que, para ela, pode ser lido como uma “pornografia” da pobreza. Retrata o pesadelo que é Mumbai e também o ativismo de rua que ali acontece. Todo mundo faz negociações e acordos: o empreendedor da pobreza (que explora as crianças para pedir esmola), o empreendedor dos espaços (que constrói condomínios de luxo no lugar das favelas) e o empreendedor de sonhos (que inventa jogos para retratar um mundo de fantasia, para ricos e para pobres). O filme foi duramente criticado, sob o argumento de que a favela não é somente o lugar da violência, mas o lugar onde as pessoas respondem com criatividade à indiferença do Estado. No final, o protagonista consegue ganhar um milhão graças (e não apesar de) ao que ele aprendeu por meio

dos muitos episódios dramáticos e violentos em que se envolveu durante sua vida. Exemplo típico de “resiliente”.

Os comentários dos jornalistas indianos ao filme são muito parecidos com o que se fala hoje sobre as favelas cariocas: que o filme retrata a energia, a criatividade e o espírito empreendedor dos jovens de favela. É um lugar de aprendizados, com o qual muito temos que aprender nesses tempos de crise. Um lugar de sucesso, (nós diríamos: de potência) e inventividade. É o empreendedorismo do “faça você mesmo”, das engenharias e arquiteturas adaptadas ao local que desafiam as leis da construção civil e se tornam as plataformas de um urbanismo neo-orgânico.

Existem muitas semelhanças entre os discursos do liberalismo econômico e as utopias da esquerda. Roy aponta as ambiguidades da ideologia do “faça você mesmo”, e de como ela foi facilmente captada pelos discursos liberais. Ela mostra, por exemplo, como os programas de microcrédito servem, ao mesmo tempo, como potentes vetores de financeirização da pobreza e como âncora de salvação para o capitalismo em crise (ROY, 2010). Evidencia a proximidade com os ditames de Hernando de Soto (2000) – consultor de organismos internacionais como Banco Mundial, fundações, do ex-candidato à presidência do Peru Vargas Llosa e do ditador nipo-peruano Fujimori – cujo otimismo libertário apresenta a favela do Terceiro Mundo como uma “economia povoada por empreendedores heroicos”. A economia da favela é interpretada como um levante popular contra a burocracia estatal, uma revolução vinda de baixo. Para ele, essas economias são ricas em ativos, ainda que sob a forma defeituosa do capital morto. O “mistério do capital” “é a forma como esses ativos e inativos defeituosos podem ser transformados em capital líquido, desencadeando, assim, novas fronteiras de acumulação de capital”. São essas as receitas que hoje estão sendo seguidas pelos programas de “formalização” dos empreendimentos nas favelas.

No centro dos discursos dos operadores que gerenciam projetos sociais com jovens estão os sujeitos e suas potencialidades. O expressivo voluntarismo que anima as propostas faz acreditar que basta querer, ser “empoderado”, articular-se em rede, correr atrás das “oportunidades”, dos “desejos” e dos “sonhos”, acionando os “afetos” para provocar as transformações desejadas na própria vida e na de outros. A ênfase sobre a capacidade e a possibilidade de atuação e transformação dos sujeitos (o chamado “empoderamento”, atitude “proativa”, “potência”) é contraposta à imagem de passividade, apatia, falta de compromisso e de responsabilidade com a qual geralmente se caracterizam as gerações mais jovens. O mesmo movimento se observa no âmbito das representações sobre a favela, contrastando, nesse caso, a imagem de potência à de carência.

Nessas chaves discursivas, as estruturas sociais produtoras de desigualdade não são lembradas. O discurso combina os conhecidos apelos ao “faça você mesmo”, caro aos movimentos culturais de

oposição (do movimento punk ao hip hop), atualizados e potencializados graças às possibilidades abertas com a difusão das novas tecnologias, com os novos incitamentos ao empreendedorismo, difusos nessa fase do capitalismo flexível (ver ROSE, 2011; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). Não é a ética do trabalho que alimenta o projeto de sociedade, e sim a do sujeito empreendedor, que tem “naturalmente” as capacidades necessárias para o sucesso. Há, inclusive, uma evidente aproximação entre o discurso do empreendedorismo social e os manuais de autoajuda (cf. LEITE e MELO, 2008). Outro universo moral sustenta a imagem dos jovens “potentes” contrapostos aos jovens apáticos, passivos, ou os que se deixam seduzir pelos ganhos fáceis adquiridos por meio do tráfico. A retórica discursiva opõe a imagem dos jovens que circulam por múltiplos espaços sociais da cidade àquela de jovens enclausurados (pela falta de oportunidades, pela falta de iniciativa, pela captura nas malhas do “tráfico”). E deixa de lado as estruturas reprodutoras da desigualdade, apostando nas capacidades dos sujeitos.

Dessa forma, a ação coletiva é colocada em segundo lugar e, mais uma vez, os sujeitos que habitam a favela são impulsionados a se destacar em função de talentos individuais para garantir sua circulação na cidade e “integração” a ela. Nas representações, eles ocupam o lugar da “conquista” sobre os muitos desvios que um lugar como a favela poderia induzir. Eles “vencem apesar de”. Segundo Machado da Silva, ainda que a “criatividade” da favela tenha garantido conquistas materiais e simbólicas como resultado das lutas dos favelados ao longo dos anos, está encapsulada “desde sua gênese como categoria social e por isso tem tido pouco efeito na mudança do padrão da integração urbana” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 224), operando, ao invés, como mantenedora das desigualdades e da estratificação social. Em nossa pesquisa observamos que, apesar de sua suposta “criatividade” e “potência”, os jovens favelados continuam ocupando um lugar subalterno.

As visões dicotômicas sobre os jovens ou a favela (“problema/solução”, ou “carente/potente”) procuram produzir um outro imaginário social sem, contudo, mexer nas estruturas que reproduzem as desigualdades (entre sujeitos e entre os espaços da cidade). Estas últimas são expressas de forma bem clara nas palavras de Breno, quando conta do primeiro dia em que conheceu as praias da zona sul:

– Eu lembro da primeira vez que fui em Copacabana, eu sempre via na TV, e às vezes eu via nas novelas que os pobres eram mais ricos que a gente, nunca mostrava aquela condição de favelas, e eu via também que não passava muito a realidade, porque eu via que “se ali é assim, por que aqui também não é?”... E aí, a primeira vez que eu fui tomei um choque, vi as ruas de Copacabana, passando ali pelo Leblon, Ipanema, e cheguei até Copa, aí olhei assim e descí lá e vi “essa é a realidade?”. As calçadas, o pessoal, a cultura...

Escapam das representações dicotômicas as dificuldades, as dúvidas, os sofrimentos, a raiva, a necessidade de fazer frente às exigências da vida, da sustentação da família, a dificuldade para ter acesso ao ensino superior que os jovens expressam durante os nossos diálogos. Escapam

também as observações como a de Marcelo colocada acima, que aproxima a figura do traficante com a do empreendedor. Escapam, justamente, os “espaços cinza” (ROY, 2011) que colocam em questão as representações binárias.

Nas favelas não existe homogeneidade e sim grande heterogeneidade (de situações e modos de vida, econômicas e de relação com o “outro”). Precisamos, portanto, dessencializar as identidades de sujeitos e territórios.

Por outro lado, os discursos procuram sustentar imagens de sucesso. Mas os relatos de nossos interlocutores deixam transparecer que a celebrada “potência” é enunciada no discurso e solapada na prática. Não se coloca dinheiro nas mãos dos jovens. Nem se fornecem as ferramentas adequadas para sobreviver no mercado, altamente competitivo, dos editais para financiamento de projetos sociais e culturais. Os jovens que tentam realizar seus “sonhos”, seu empreendimento sociocultural local, não possuem nem CNPJ.

Resulta evidente que as possibilidades de circulação e de conectar as “redes” não são distribuídas igualitariamente entre os jovens moradores das favelas. Os “comuns”, ou “do beco”, ou os “mais favela”, como os nossos interlocutores se referem aos jovens que não participam dos circuitos dos projetos sociais, não conseguem aproveitar as “oportunidades” oferecidas por projetos como a Agência de Redes. Como Sandra, moradora da região mais pobre e precária da CDD, cuja trajetória de trabalhadora de telemarketing não foi alterada por ela ter passado pelos cursos da Agência. Mesmo os que conseguem ganhar o prêmio, depois de um tempo se tornam bastante críticos em relação ao que a Agência oferece, porque, como alguns dizem, “eu já tinha minha própria rede”.

Nesse cenário, aproximar velhas e novas “lideranças” do local tornou-se um desafio. A percepção de uma das antigas lideranças, que afirma “fizeram de tudo para nos dividir”, referindo-se ao fato de que no bairro existia uma articulação significativa e atuante entre as entidades que faziam trabalho político e social, pode ser hoje reatualizada pela distância geracional produzida pelo envolvimento dos jovens nos projetos sociais que “vêm de fora”.

Enquanto isso, o Estado constroi novos conjuntos habitacionais, conjuntos de prédios com acesso restrito ao restante da favela; a Prefeitura “requalifica” as muitas praças existentes, colocando um grande campo de futebol cercado que ocupa quase todo o espaço da praça. O incentivo para formalizar os empreendimentos comerciais, a grande oferta de créditos por parte de bancos e outras agências financeiras (VARGAS, 11/12/2013) procuram “integrar” os moradores à cidade pela via do mercado (cf. TOMMASI e VELAZCO, 2013; LEITE e MAXIMO E MELO, 2008). Se o medo das “classes perigosas” é a forma como a hegemonia política manteve o controle sobre as favelas, hoje essa representação se combina com outra: a de que os pobres são também um segmento social estratégico para a cidade, graças às suas capacidades criativas, resilientes, empreendedoras. Uma cidade que está

se reinventando em função dos investimentos realizados no âmbito dos megaeventos. Uma cidade-empresa, nas palavras do Carlos Vainer, onde a aplicação de recursos em cultura como investimento econômico é central (ver ARANTES, MARICATO e VAINER, 2002).

Assim, o imaginário do medo (MALAGUTI, 2003) é em parte substituído pelo imaginário da celebração, da valorização. E novas fronteiras são erguidas entre os jovens que são engajados e conectados em “rede” e os que não são, entre gerações distintas de moradores politicamente atuantes. O controle é exercido não somente por meio da repressão, da segregação, da criminalização, mas também pelo incentivo à “autonomia”, à implicação. Agarrar as oportunidades e tornar realidade o “sonho”, o desejo. Como observa Foucault, o poder, no âmbito da racionalidade neoliberal, se exerce não somente contra e sim por meio da liberdade (FOUCAULT, 2008). O poder não é somente repressor, e sim produtor, incentivador, liberador. As distintas tecnologias de poder, como o mesmo Foucault observa (Idem, pp. 141-143), se sobrepõem e convivem. Não devemos esquecer que, ainda, os jovens negros moradores de favelas ocupam os noticiários principalmente como vítimas ou causadores de violência. São eles também que protagonizam as estatísticas sobre mortes violentas¹³.

Notas

¹ A pesquisa foi desenvolvida por Dafne Velazco no âmbito de um projeto de Iniciação Científica financiado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e desenvolvido no curso de bacharelado em ciências sociais da Universidade Federal Fluminense.

² Para uma análise mais detalhada sobre o campo da juventude, remetemos a três textos (TOMMASI, 2012, 2014, 2015), resultados da pesquisa “Juventude em pauta: a juventude como campo de intervenção social” desenvolvida entre 2010 e 2012 com recursos da Faperj.

³ Sobre as UPPs existe já uma vasta literatura. Citamos, dentre outros, Malaguti (2011) e Cano (2008).

⁴ Usamos a palavra “tráfico” entre aspas por entender que o termo abrange múltiplos e distintos significados, como um recurso discursivo acionado de muitas formas, dependendo de quem o utiliza, em qual contexto e com que finalidade. Para uma análise específica sobre o tema, remetemos aos trabalhos de Misse (2011) e Machado da Silva (2008).

⁵ Os nomes são fictícios.

⁶ A Cidade de Deus tem uma história de organização e lutas populares significativa, que culminou na criação, em 2003, de um Comitê Comunitário que agregava, no início, mais de 15 entidades locais.

⁷ No “abecedário” são listadas as palavras-chave em torno das quais se organiza a metodologia do projeto. Disponível (online) em: www.agenciarj.org

⁸ Na Cidade de Deus, os encontros de sábado acontecem no Centro de Referência da Juventude, um local que, ao longo dos anos, serviu como sede para diversas iniciativas do governo estadual. É neste mesmo espaço que os policiais da UPP oferecem aulas de música e artes marciais.

⁹ Mediadores são jovens já formados no ensino superior, enquanto aqueles que ainda estão cursando alguma faculdade são chamados de facilitadores. Estes últimos desempenham tarefas semelhantes aos primeiros, mas não se encarregam de preparar as atividades para os encontros no sábado.

¹⁰ A ênfase dada ao tema da inserção dos jovens em “redes”, considerada o cerne para o sucesso de seu empreendimento, merece ser mais bem explorada, haja vista a centralidade dessa ideia no âmbito de diferentes projetos sociais (ver GONGORA, 2013).

¹¹ Não sabemos exatamente em que consistia o projeto da jovem, mas uma terma no Rio de Janeiro é um lugar tradicionalmente conhecido por ser de sociabilidade “erótica”.

¹² Atualmente, Faustini está exportando seu projeto para outros países, como a Inglaterra.

¹³ Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 74,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino (ver <http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=d1a4f612-5c41-4027-b1e9-24279e856afb>)

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. (1997), “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.º. 5 e 6, Anped.
- ALVES, Maria Helena Moreira [e] EVANSON, Philip. (2013), *Vivendo no fogo cruzado: Moradores de favelas, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo, Editora Unesp.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia [e] VAINER, Carlos. (2002), *A cidade do pensamento único*. Petrópolis, Vozes.
- BIRMAN, Patricia. (2008), “Favela é comunidade?”. Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BOLTANSKI, Luc [e] CHIAPELLO, Ève. (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BURGOS, M. B. (2012), “Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade”. Em: *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Garamond.
- CANO, Ignácio. (2008), “Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro”. Em: JUSTIÇA GLOBAL (org). *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, pp. 48-83.
- CHATTERJEE, P. (2004), *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador, Histórias do Sul.
- COIMBRA, Cecília. (2001), *Operação Rio: O mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e o discurso da segurança pública*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor.
- DE SOTO, Hernando. (2000), *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*. New York, Basic Books.
- DESROSIÈRE, Alain. (2003), “Historicizer l'action publique: L'Etat, le marché et les statistiques”. Em: LABORIER, Pascale [e] TROM, Danny. *Historicité de l'action publique*. Paris, PUF, pp. 207-221.
- FOUCAULT, Michel. (2008), *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes.
- GIFE. (2008), *Censo GIFE Juventude*. São Paulo, Gife.
- GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. (1996), *Protagonismo juvenil: Adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo, Modus Faciendi/Fundação Odebrecht.
- GONGORA, Andrés. (2013), *Redes que curam: Riscos, danos e políticas de drogas na Colômbia*. Dissertação (mestrado). PPGAS, MN, UFRJ.
- LEED, Anthony [e] LEED, Elizabeth. (1978), *A sociologia no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LEITE, Elaine da Silveira [e] MAXIMO E MELO, Natália. (2008), “Uma nova noção de empresário: A naturalização do ‘empreendedor’”. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 16, n.º 31, pp. 35-47.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2002), “A continuidade do ‘problema da favela’”. Em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV/CNPq.
- _____ (org.). (2008), *Vidas sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MAGALHÃES, Regina. (2008), *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo, Paulus.
- MALAGUTI, Vera. (2003), *O medo na cidade de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Revan.

- _____. (2011), "O Alemão é muito mais complexo". Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais. São Paulo. Disponível em: http://www.labes.fe.ufrrj.br/arquivos/Alemao_complexo_VeraMBatista.pdf
- MANNHEIM, Karl. (1964), "Funções das gerações novas". Em: PEREIRA, Luiz [e] FORACCHI, Marialice. Educação e sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- MISSE, Michel. (2011), Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia; PARIS, Leonardo Leão de; RIBEIRO, Eduardo [e] ALVADIA FILHO, Alberto. Juventude, violência e polícia: resultados da pesquisa amostral. Rio de Janeiro: Cesec, junho de 2012.
- PERLMAN, Janice. (1977), O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ROSE, Nikolas. (1996), "The Death of the Social? Re-figuring the Territory of Government". *Economy and Society*, Vol. 25, n° 3, pp. 327-356.
- _____. (2011), Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, Vozes.
- ROY, Ananya. (2010), Poverty Capital: Microfinance and the Making of Development. New York, Routledge.
- _____. (2011), "Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism". *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 35, n° 2, pp. 223-38.
- SAID, Edward. (2007), Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOBRINHO, André. (2012), "Jovens de projetos" das ONGs: de público-alvo a trabalhadores do "social". Dissertação (mestrado), PPG-Educação, UFF.
- SOUZA E SILVA, Jailson [e] BARBOSA, Jorge Luiz. (2013), "As favelas como territórios de reinvenção da cidade". Em: BARBOSA, Jorge Luiz [e] DIAZ, Caio Gonçalves (orgs). *Solos Culturais*. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas.
- TOMMASI, Livia. (2012), "Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 5, n° 1, pp. 101-129.
- _____. (2014), "Tubarões e peixinhos: Histórias de jovens protagonistas". *Educação e Pesquisa*, Vol. 40, n° 2, pp. 533-548.
- _____. (2015), "Jovens militantes: Engajamento, implicação e desencanto". Em: SILVA, Geraldo [e] CORSINI, Leonora. *Democracia e Regimes de Pacificação*. São Paulo, Annablume.
- _____. [e] VELAZCO, Dafne. (2013), "A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n° 56, pp. 15-42.
- UNESCO. (2001), Cultivando vidas, desarmando violências. Brasília, Unesco.
- _____. (2004), Políticas Públicas de/para/com juventudes. Brasília, Unesco.
- VALLA, Victor Vincent. (1986), Educação e favela. Petrópolis, Vozes.
- VALLADARES, Licia. (2005), A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro, Editora FGV.

VARGAS, José Domingos. (11/12/2013). “UPP é bom negócio”. O Globo, Rio. Disponível (online) em: <http://oglobo.globo.com/opiniaio/upp-bom-negocio-11030706>

WASELFISZ, Julio Jacobo (coord). (1998), Mapa da violência contra os jovens do Brasil. Rio de Janeiro, Garamond.

LIVIA DE TOMMASI (livia.detommasi@gmail.com) é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). É doutora em sociologia pela Université Paris I (UPI, França), mestre em “étude des sociétés latino-américaines” pela Université Paris III (UPIII, França) e graduada em pedagogia pela Università di Roma (Uniroma, Itália).

DAFNE VELAZCO (dafnejav@gmail.com) é mestrande do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil).